

# Gênero, política e violência: um estudo sobre a representatividade feminina nas chapas eleitorais e seu impacto sobre a violência contra as mulheres

Gustavo F. Ladeira  
(USP/FEA-RP)

Sérgio N. Sakurai  
(USP/FEA-RP)

## Resumo

Este trabalho investiga a relação entre a composição de gênero das chapas eleitorais em eleições municipais e indicadores de violência contra mulheres. Com base em dados de eleições e assassinatos para o período de 2009 a 2020, utiliza-se o desenho de regressão descontínua em eleições acirradas, permitindo a aleatorização da composição de gênero das chapas. Esta abordagem possibilita identificar a relação causal da presença feminina nas chapas ao comparar aquelas compostas exclusivamente por homens com aquelas que incluem pelo menos uma mulher, seja na posição de prefeita ou vice-prefeita. No primeiro caso, os resultados são ambíguos, sugerindo que a presença de uma mulher como líder da chapa pode causar tanto um aumento quanto uma diminuição na incidência de assassinatos contra mulheres, a depender do mandato analisado. Por outro lado, o efeito é nulo quando as mulheres ocupam posições de vice-prefeitas. Estes resultados contribuem para o debate sobre a eficácia da representação política feminina em diferentes posições de liderança política, trazendo avanços à literatura sobre representatividade política, gênero e violência, e enfatizando a necessidade de se explorar mais a fundo o papel dos vice-prefeitos, uma dimensão ainda pouco investigada pela literatura.

**Palavras-chave:** Representatividade feminina. Violência de gênero. Vice-prefeitas.

**Área 12:** Economia Social e Demografia Econômica

**JEL:** J16, D72, K42

## Abstract

This study investigates the relationship between the gender composition of electoral tickets in municipal elections and indicators of violence against women. Using election and murder data for the period from 2009 to 2020, the regression discontinuity design in close elections is employed, allowing for the randomization of the tickets' gender composition. This approach enables the identification of a causal relationship of female presence on electoral tickets by comparing those exclusively composed of men with those including at least one woman, either as mayor or deputy mayor. In the former case, the results are ambiguous, suggesting that woman as the ticket leader can cause both an increase and a decrease in the incidence of murders against women, depending on the political term. Conversely, the effect is null when women occupy less prominent positions as vice-mayors, signaling the limitations in the action of these offices. These findings contribute to the debate on the effectiveness of female political representation in less prominent leadership positions, advancing the literature on political representation, gender, and violence, and emphasizing the need to further explore the role of mayors, a dimension still little investigated by the literature.

**Keywords:** Female representation. Gender-based violence. Vice mayors.

# 1 Introdução

Ao longo dos últimos anos, as questões envolvendo gênero vêm recebendo um enfoque cada vez maior da pesquisa em Economia. Além da desigualdade no mercado de trabalho demonstrada por [Goldin \(1994\)](#), entre outros, outra evidência da desigualdade de gênero é a diferença da inserção na política ([Baltrunaite et al., 2014](#)). Apesar disso, a literatura recente tem demonstrado que mulheres que conseguem transpor as barreiras na arena política e alcançam posições de liderança podem ter desempenho diferente dos representantes do gênero masculino. Exemplos de áreas em que lideranças femininas apresentaram maior sucesso foram na provisão de saúde e educação ([Hessami and da Fonseca, 2020](#)), menores índices de corrupção ([Brollo and Troiano, 2016](#)) ou nos melhores resultados no combate à pandemia do COVID-19 ([Bruce et al., 2022](#)).

Um aspecto subestimado neste debate é que raramente é objeto de foco na pesquisa acadêmica é o papel desempenhado pelos vice-governantes, que além de poderem oferecer contribuição prática ao longo da gestão, também são elementos-chave para influenciar o sucesso eleitoral de uma chapa (composição entre prefeito e vice-prefeito) ([Devine and Kopko, 2020](#); [Fox and Oxley, 2005](#)). Nesse contexto, este estudo tem como objetivo examinar a influência da composição de gênero das chapas eleitas. Especificamente, busca-se testar a hipótese de que chapas que incluem pelo menos uma mulher – seja como prefeita ou vice-prefeita – apresentam impactos ou comportamentos distintos em comparação com aquelas compostas exclusivamente por homens.

Para responder a essa questão, as eleições municipais brasileiras foram utilizadas como um quase-experimento visando identificar o efeito causal da composição de gênero nas chapas eleitas sobre indicadores de violência contra a mulher. Fundamentado no pressuposto de que eleições acirradas servem como um mecanismo de aleatorização do gênero dos candidatos em um desenho de regressão descontínua ([Lee, 2008](#)), comparou-se municípios governados por uma chapa composta exclusivamente por candidatos do gênero masculino e que foi eleita por uma margem estreita, por um lado, com aqueles municípios governados por uma chapa contendo ao menos uma mulher (ou seja, contendo uma prefeita e/ou uma vice-prefeita), também eleita por uma pequena margem.

A violência contra a mulher é crítica por várias razões, mas dois aspectos são particularmente relevantes. Em primeiro lugar, porque constitui um problema global. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde ([2021](#)), aproximadamente 30% das mulheres em todo o mundo já sofreram algum tipo de violência ao longo de suas vidas. Em segundo lugar, porque especificamente no caso brasileiro, os feminicídios dentro das residências aumentaram em torno de 10% somente entre 2009 e 2019 ([Cerqueira et al., 2021](#)). A conexão entre representatividade política e violência contra a mulher se dá pelo fato de a literatura econômica apontar que lideranças femininas tendem a priorizar temas de especial importância para as mulheres ([Chattopadhyay and Duflo, 2004](#)). Desta maneira, é possível que, ao alcançarem posições de maior influência, seja de prefeita ou de vice-prefeita, as mulheres sejam mais proativas no combate à violência.

Os dados de violência foram coletados na plataforma TABNET/Datasus. Neles, além de estarem disponíveis informações de mortes de mulheres por ano e por município, também é possível encontrar as diferentes causas de morte e o local onde ocorreram. Estas duas últimas informações permitem que se identifique o número de mortes por atos de violência e também se ela ocorreu dentro ou fora da residência da vítima. Os dados sobre eleições municipais advêm do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e abrangem as disputas eleitorais de 2008, 2012 e 2016.

Os resultados encontrados, inéditos para o caso brasileiro, sugerem que os assassinatos contra mulheres podem divergir consideravelmente dependendo da forma como é composta a chapa, do período analisado e do local onde o assassinato ocorreu. Municípios governados por chapas mistas nas quais as mulheres são prefeitas experienciaram tanto aumentos quando diminuições dos números de mortes ao longo da sua gestão. Os assassinatos totais e fora de casa apresentaram aumento entre 2009 e 2012, mas foi possível observar um efeito nulo sobre os assassinatos totais entre 2013 e 2016, que pôde ser decomposto em um aumento estatisticamente significativo nas mortes fora de casa ao mesmo tempo em que houve redução das mortes dentro de casa.

Embora os resultados para chapas mulher-homem variem consideravelmente, o mesmo

não ocorre quando se observa o desempenho de chapas homem-mulher. Neste caso, não foi possível observar nenhum efeito estatisticamente significativo em nenhum dos períodos analisados. A eventual baixa capacidade de atuação das mulheres como vice-prefeitas é uma possível explicação para este resultado: uma vez que na comparação de chapas homem-homem e chapas homem-mulher a única diferença significativa seja o gênero dos vice-prefeitos, é plausível supor que eles tenham influência menor do que os prefeitos, de modo que eventuais preferências relacionadas ao seu gênero possam não ser colocadas em prática ao longo da gestão.

Neste quesito, o presente trabalho contribui, entre outros, com a literatura ainda incipiente sobre o papel dos vice-governantes, de modo geral, e de forma específica, com o debate sobre a desigualdade da representatividade de gênero na política. Pelo menos na questão de violência contra mulheres nos municípios brasileiros, eventuais divergências ideológicas que vice-prefeitas mulheres possam ter com relação aos prefeitos homens não parecem ter espaço para serem colocadas em prática, o que fortalece a hipótese de que o papel dos vice-prefeitos é mais voltado para a competitividade eleitoral e menos voltado à gestão em si. Adicionalmente, outra parte dos resultados contribui com a literatura recente que associa a presença de mulheres como chefes do poder executivo a uma redução na violência doméstica contra mulheres, dando suporte às teorias de *role-model* e de empoderamento feminino (Bochenkova et al., 2023; Delaporte and Pino, 2022). Em contrapartida, o aumento da violência na presença de prefeitas mulheres encontra respaldo em teorias de retaliação masculina como os *backlash effects* (Flood et al., 2021).

A grande maioria dos estudos envolvendo gênero e liderança política se concentra nas comparações entre os desempenhos de prefeitos homens e prefeitas mulheres. A investigação acerca do papel do gênero nos cargos de vice-prefeitos, por outro lado, é praticamente nula. Neste sentido, ao trazer este debate à tona, este trabalho faz uma contribuição significativa para este campo de estudo, abrindo espaço para novas análises no debate de liderança política e efetividade da representatividade em posições menos proeminentes.

Este artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta a fundamentação teórica do problema estudado bem como evidências providas pela literatura. A seção 3 apresenta a metodologia utilizada e a seção 4 discute os dados. A seção 5 apresenta os resultados, e por fim, a seção 6 apresenta as considerações finais.

## 2 Participação política feminina: teoria e evidências

A questão de as mulheres terem maior dificuldade para se inserir no ambiente político é um fato já consolidado e que se reflete na baixa participação feminina na política. Todavia, quando as mulheres superam estas barreiras e alcançam cargos de liderança política, as suas decisões podem ser distintas das decisões tomadas por representantes do gênero masculino, conforme demonstra a teoria e as evidências empíricas recentes, a serem discutidas ao longo desta seção.

### 2.1 Teoria

A relação entre a ciência econômica e a ciência política tem sido amplamente estudada já há décadas. A modelagem de Downs (1957), em boa parte inspirada no estudo seminal de Hotelling (1929), foi uma das precursoras deste tema. Segundo este modelo, a competição entre candidatos visando conquistar os votos dos eleitores faz com que ambos adotem posições políticas voltadas para o centro. A suposição de que os candidatos só se importam com a vitória é uma premissa fundamental, pois a busca de apoio eleitoral incentiva os candidatos à esquerda a adotarem políticas e abordagens mais alinhadas com eleitores à direita, e vice-versa. Dessa forma, é esperado que os candidatos convirjam para plataformas políticas semelhantes visando conquistar o voto dos eleitores. Este resultado é uma implicação direta do teorema do eleitor mediano que, em linhas gerais, demonstra que se os candidatos têm as mesmas informações sobre as preferências dos eleitores, a competição eleitoral resultará em uma convergência das políticas. Tendo em vista que esta convergência é imprescindível para a vitória no mundo downsiano, um resultado importante é que as preferências pessoais dos políticos não influenciam suas plataformas políticas.

Todavia, uma série de evidências apontam para um resultado distinto, qual seja, a depender das características e preferências do candidato, as políticas implementadas podem ser divergentes. Segundo a teoria partidária, por exemplo, as diferentes preferências dos partidos pode desempenhar um papel crucial na definição das políticas, já que elas podem variar significativamente dependendo das características ideológicas dos partidos (Besley and Case, 2003). Ainda, Lee et al. (2004) sugerem que eleitores têm pouca influência na definição das políticas (no sentido em que os candidatos convergiriam para satisfazer suas preferências) e, pelo contrário, apenas elegem as políticas que serão implementadas conforme a visão do candidato eleito.

Em linha com estas evidências, a partir dos anos 80 passou a ser desenvolvida uma série de estudos com o intuito de investigar este fenômeno, e novas formulações surgiram, contradizendo os principais resultados de Downs. Alesina (1988) foi um dos pioneiros a adaptar o modelo base a fim de incluir preferências heterogêneas dos candidatos e introduzir novos objetivos dos mesmos. Os candidatos, que antes só se importavam em vencer a eleição, agora também se importam com a qualidade das políticas a serem implementadas após serem eleitos.

Outra contribuição importante do autor foi em relação à credibilidade das promessas de campanha. Nos modelos canônicos, é suposto que as promessas são críveis, mas quando os candidatos passam a ter suas preferências pessoais, faz-se necessária uma explicação mais formal. Para demonstrar que os candidatos vencedores cumprirão suas promessas, a competição eleitoral é representada por um jogo com repetições infinitas com punições para partidos que desviem. Assim, há um incentivo para que as promessas feitas durante a campanha sejam cumpridas após as eleições.

Anos depois, e de forma quase que simultânea, mas independente, dois trabalhos complementares entre si cunharam o paradigma que ficou conhecido como “*citizen-candidate*” (Osborne and Slivinski, 1996; Besley and Coate, 1997). Esta nova abordagem se distingue do modelo de Hotelling-Downs principalmente pelo fato de que agora os candidatos se preocupam com a política a ser implementada. Vencer a eleição por si só deixa de ser o objetivo principal, pois agora eles têm motivações políticas diferentes, dado que representam eleitorados com demandas e visões distintas. A convergência completa dos candidatos passa a ser possível somente se ambos forem completamente indiferentes com relação ao perfil das políticas resultantes do processo eleitoral.

Embora os modelos de competição política se concentrem em embates políticos ideológicos mais gerais, Besley (2005) argumenta que estes embates podem ser particionados em políticas específicas, que podem variar conforme a identidade do candidato. Por exemplo, se um determinado candidato tem como “identidade” o fato de pertencer a um grupo tradicionalmente desfavorecido, é possível que, se eleito, dê atenção especial às políticas voltadas a este grupo. Tendo em vista que diversos fatores podem contribuir para moldar a identidade do candidato, outro aspecto que pode ser determinante é o seu gênero. Se homens e mulheres têm preferências distintas a respeito de políticas, então o gênero do candidato eleito possivelmente afetará suas atitudes ao longo do mandato.

Supondo que homens e mulheres apresentem prioridades divergentes no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, por exemplo, estabelece-se um cenário no qual o gênero do político assume um papel crucial. Ainda que haja uma escassez de estudos teóricos associando representatividade feminina e a violência contra a mulher, é possível identificar mecanismos pelos quais ambos os aspectos se relacionam, e as teorias a este respeito podem levar a resultados potencialmente ambíguos. Por um lado, é possível que uma maior participação feminina na política reduza os casos de violência contra mulheres, mas por outro, também há a possibilidade de que se observe um aumento na violência, como sinal de retaliação.

Dois canais podem explicar como uma maior representatividade pode levar à redução na violência: o combate direto aos perpetradores de violência e o efeito *role-model*. Em relação ao primeiro, e dado que o gênero exerce um papel relevante na formulação de preferências (Besley, 2005), espera-se que as mulheres que se elegem para os cargos de prefeita ou vice-prefeita se empenhem em implementar uma agenda que represente a sua visão e de seu eleitorado, conforme estabelecido pelo modelo *citizen-candidate* (Osborne and Slivinski, 1996; Besley and Coate, 1997). Supondo também que a violência de gênero seja uma pauta mais relevante para as mulheres do que para os homens (Chattopadhyay and Duflo, 2004), é possível que elas tenham maior interesse em implementar medidas que

busquem reduzir estes crimes. Iyer et al. (2012) endossam esta premissa, argumentando que membros de grupos desfavorecidos provavelmente terão diferentes preferências de formulação e implementação de políticas, tendo em vista a sua experiência de vida e suas diferentes noções de justiça. Isso, por sua vez, pode influenciar a atuação da polícia e de agentes da lei que, segundo os autores, podem se tornar mais responsivos aos problemas destes grupos e, consequentemente reduzir os casos de violência contra mulheres.

Complementarmente, o efeito *role-model* é outro fator relevante no combate à violência de gênero. Em contextos políticos em que as mulheres tendam a ser sub representadas, observar outra mulher ocupando um cargo político de proeminência pode servir como incentivo para aquelas que estejam sofrendo de algum tipo de violência. Iyer et al. (2012) argumentam que ter uma liderança política com a qual se tenha algum tipo de identificação – no caso, o gênero – pode melhorar a auto confiança e reduzir a tolerância das mulheres em sofrer abusos. Neste cenário, impulsionar a representatividade feminina na política pode levar a um aumento no número de denúncias de violência, o que consequentemente pode evitar futuros atos de violência contra as mulheres (Iyer et al., 2012).

Embora estes dois mecanismos expliquem a possibilidade de redução nos índices de violência após a eleição de uma mulher, um terceiro canal sugere que uma maior representatividade feminina pode levar a mais violência contra as mulheres. Dentre inúmeras maneiras, a violência pode ocorrer de forma verbal (Weaving et al., 2023) ou física (González and Rodríguez-Planas, 2020), por exemplo. Heise (1998) argumenta que estas formas de violência são perpetuadas como uma forma de afirmação de predominância masculina, em linha com o pensamento de que a ascensão de mulheres a cargos de influência é algo que desafia o *status quo* e não é bem visto pela classe dominante. No contexto político, mulheres em cargos de liderança estão mais suscetíveis à violência (Daniele et al., 2023), e o efeito de retaliação (*backlash effect*) explica este fenômeno (Flood et al., 2021). O recente crescimento da polarização política (Layton et al., 2021) em conjunto com a atitude violenta de grupos misóginos extremistas (Speckhard et al., 2021) é um possível canal que explica como a eleição de mulheres pode se traduzir em mais casos de violência contra as mesmas.

## 2.2 Evidências

Assim como a literatura teórica, as evidências empíricas que conectam representatividade feminina e violência também são limitadas. Iyer et al. (2012) apresentam resultados que indicam uma maior violência contra mulheres associada ao aumento da participação feminina na política indiana local, e este efeito está mais ligado a um aumento de denúncias do que ao aumento da violência em si. Outros dois estudos mais recentes analisam o caso brasileiro e seus resultados indicam que, quando comparados com municípios que elegeram prefeitos homens, aqueles que elegeram prefeitas mulheres apresentaram redução nos casos de violência e mortes de mulheres ao longo do mandato (Delaporte and Pino, 2022; Bochenkova et al., 2023).

Além das possíveis atitudes práticas que as lideranças femininas possam ter no combate à violência de gênero, o efeito *role model* é outro canal que pode explicar estes resultados. Embora não envolva necessariamente lideranças políticas, evidências observadas na Índia (Jensen and Oster, 2009) sugerem que o contato que as mulheres têm com outras referências pode moldar o seu comportamento frente a atitudes de violência. Os autores encontram que, ao terem contato com culturas diferentes – por meio da introdução da televisão a cabo –, as mulheres que residiam em áreas rurais passaram a ser menos tolerantes com violência doméstica, além de desenvolverem mais autonomia na tomada de decisão dentro das suas casas.

Embora ainda haja pouco embasamento teórico e empírico que explique o porquê de políticos de gêneros diferentes adotarem políticas distintas em relação à violência contra as mulheres, a literatura sobre o papel do gênero em outros âmbitos é vasta. Principalmente a partir da virada do século, as investigações empíricas a este respeito começaram a ganhar mais força: por um lado, uma série de evidências sustenta que, de fato, o gênero desempenha um papel importante na definição de políticas; por outro lado, outra linha de evidências sugere o contrário. O restante desta subseção apresenta um conjunto destas evidências que testam as hipóteses do modelo *citizen-candidate* e debatem como o gênero



do governante pode (ou não) afetar os mais diversos tipos de políticas, abrangendo desde questões relacionadas à educação e saúde até o combate à corrupção e à pandemia da Covid-19.

Considerando que o gênero é uma identidade importante na formação de preferências, eventuais preferências de gênero podem se manifestar na política por meio da alocação de recursos ou em deliberações no parlamento, por exemplo. Se gestores de diferentes gêneros possuem perspectivas políticas distintas, suas decisões sobre onde e quanto gastar podem divergir, assim como as mulheres parlamentares podem se engajar mais em pautas que sejam mais relevantes para as mulheres. Nesse contexto, diversas pesquisas procuram investigar se formuladoras de política do gênero feminino tendem a priorizar questões voltadas às mulheres, seja por meio da alocação orçamentária, seja nas deliberações em plenário.

Um conjunto inicial de evidências indica que, em média, mulheres em cargos de liderança tendem a priorizar questões relacionadas às mulheres. Em 1993, uma alteração na constituição indiana estabeleceu que, no mínimo, um terço das vagas para líderes locais fossem reservadas para mulheres. Explorando a aleatoriedade na distribuição dessas vagas dentro dos estados, [Chattopadhyay and Duflo \(2004\)](#) investigam se o padrão de gastos em bens públicos diferiram entre lideranças masculinas e femininas. Como resultado principal, foi encontrado que, nos locais onde as vagas foram aleatoriamente sorteadas para serem reservadas para mulheres, houve um maior investimento em questões que refletiam melhor as demandas femininas. Ainda na Índia, outro fator além do gênero que parece ser relevante para definir a priorização de políticas é a posição social, pois mulheres advindas de castas mais baixas priorizaram políticas redistributivas e leis que favorecessem as mulheres, ao passo que o mesmo não pôde ser observado em mulheres de castas superiores ([Clots-Figueras, 2011](#)).

Lideranças femininas no legislativo local americano também demonstraram ter agendas diferentes dos líderes homens, pois priorizaram pautas de maior interesse feminino, como assistência médica, serviços sociais, questões familiares, infantis e de meio ambiente ([Little et al., 2001](#)). De forma muito semelhante na América Latina, [Schwindt-Bayer \(2006\)](#) encontra que legisladoras deram mais importância às questões relacionadas às próprias mulheres e à família/crianças do que legisladores. Já no contexto brasileiro, prefeitas investiram mais em questões tradicionalmente relacionadas às mulheres ([Funk and Philips, 2019](#)), assim como parlamentares francesas também foram mais ativas em pautas que dizem respeito às mulheres ([Lippmann, 2022](#)).

Em contrapartida, outro grupo de evidências não encontra efeito do gênero na priorização de políticas voltadas às mulheres, contrariando as implicações do modelo *citizen-candidate*. Na Espanha, por exemplo, o aumento na proporção de mulheres eleitas para o legislativo local não gerou mudança significativa na composição das despesas locais ([Bagues and Campa, 2021](#)). Ao analisar o executivo local espanhol, as conclusões são semelhantes, pois municípios com liderança feminina não demonstraram maior engajamento em políticas que seriam particularmente relevantes para as mulheres, como pré-escolas e cuidados com idosos ([Carozzi and Gago, 2023](#)). Outros estudos corroboram essas conclusões ao não encontrar efeito do gênero dos prefeitos sobre a composição das despesas dos municípios americanos ([Ferreira and Gyourko, 2014](#)), tchecos ([Kuliomina, 2021](#)) e italianos ([Gagliarducci and Paserman, 2012](#); [Casarico et al., 2022](#)).

Um segundo desdobramento desta literatura investiga se o gênero do político se relaciona de alguma forma com indicadores de corrupção. As evidências iniciais mostraram que parlamentos com maior representação feminina se engajaram menos em práticas corruptas ([Dollar et al., 2001](#)), além de mulheres serem menos tolerantes com as mesmas do que homens ([Swamy et al., 2001](#)). Embora questionáveis<sup>1</sup>, tais resultados deram vida a um crescente campo de estudos. Evidências mais recentes mostraram que as prefeitas brasileiras foram menos propensas a se envolver em casos de corrupção do que homens ([Brollo and Troiano, 2016](#)), e além de serem menos vulneráveis a oportunismos políticos,

---

<sup>1</sup>[Branisa and Ziegler \(2010\)](#) argumentam que este resultado ocorre por um viés de variável omitida, dado que a corrupção é maior em países onde as instituições sociais privam as mulheres de sua liberdade de participar da vida social. Complementando, [Esarey and Schwindt-Bayer \(2019\)](#) demonstram que ao mesmo tempo em que a corrupção dificulta a inserção de mulheres na política, uma maior participação feminina também reduz a corrupção.

as legisladoras na Índia também tiveram menor propensão à corrupção (Baskaran et al., 2021). Embora este fenômeno também seja observado em países como Itália e China (Decarolis et al., 2021), pode-se argumentar que as mulheres não são intrinsecamente menos corruptas do que os homens, mas que o contexto institucional e político, ao punir ou premiar a corrupção, afeta o comportamento de homens e mulheres de maneiras distintas (Esarey and Chirillo, 2013).

No que tange à relação entre o gênero dos políticos e educação, a literatura aponta que uma maior representatividade feminina no legislativo local exerceu impacto positivo nas despesas com educação nos municípios suecos (Svaleryd, 2009). Na Índia, um aumento da proporção de mulheres nos parlamentos locais elevou a probabilidade de um indivíduo atingir o ensino fundamental em áreas urbanas (Clots-Figueras, 2012). Por outro lado, não foi possível encontrar efeito semelhante para o caso brasileiro (Barbosa, 2015).

A área da saúde parece ser outra dimensão na qual o gênero dos políticos parece ter relevância. Um dos primeiros estudos a este respeito apontou que uma maior participação de mulheres no legislativo estadual foi responsável por um aumento nas despesas em saúde nos estados americanos (Rehavi, 2007). Nos países em desenvolvimento, Bhalotra and Clots-Figueras (2014) sugerem que uma maior representatividade feminina na política pode ser uma ferramenta para lidar com problemas de saúde em países em desenvolvimento. Já no Brasil, municípios liderados por prefeitas tiveram melhores resultados de saúde relacionados ao pré-natal (Brollo and Troiano, 2016).

Devido às dificuldades que as mulheres têm em se inserir no ambiente político, um desdobramento adicional da literatura visa entender qual o papel do gênero em influenciar a entrada de mulheres na política. Atkeson (2003) encontra que a candidatura de mulheres na arena política gera um maior engajamento político das mulheres, estando em linha com outras evidências que sugerem que ter outras mulheres eleitas em cargos proeminentes impacta positivamente a participação feminina (Campbell and Wolbrecht, 2006; Wolbrecht and Campbell, 2007; Beaman et al., 2012). Ao mesmo tempo em que a eleição de uma liderança feminina pode abrir caminho para mais mulheres entrarem na política (Baskaran and Hessami, 2018), o desempenho ruim de uma mulher durante as eleições também pode afetar negativamente o engajamento feminino no caso brasileiro (Arvate et al., 2021). Em contraste, a eleição de mulheres ao legislativo americano não aparentou impactar de forma significativa a participação política feminina (Broockman, 2014).

O cuidado e priorização com relação às crianças aparenta ser outro ponto que diferencia gestões políticas masculinas e femininas. O aumento da participação feminina nos Estados Unidos foi seguido de mudanças importantes com relação às despesas com saúde, o que levou a uma redução da mortalidade infantil (Miller, 2008). Semelhantemente, a representação feminina no legislativo local aparenta ter uma relação direta com maiores investimentos em creches suecas (Svaleryd, 2009) e alemãs (Baskaran and Hessami, 2019).

A discussão sobre o papel das mulheres na política compreende uma gama de teorias e evidências. Esta seção ressaltou uma complexa interação entre ambos, no qual modelos teóricos como o *citizen-candidate* destacam a importância das preferências e identidades dos candidatos, incluindo o gênero, na formulação de políticas. Evidências corroboram a teoria, sugerindo que mulheres na política tendem a priorizar questões que refletem suas experiências e preocupações, como saúde, educação, e combate à corrupção.

A literatura também demonstra a relação da violência de gênero com a representatividade feminina na política. Pelo lado teórico, a relação é ambígua, dado que existem mecanismos que explicam como a maior presença de mulheres na política pode induzir à redução ou ao aumento dos casos de violência contra as mulheres. Já as evidências sugerem que mulheres em cargos políticos de relevância tendem a mitigar a violência de gênero ao longo do seu mandato. No entanto, essa literatura revela uma lacuna ao focar somente na atuação das mulheres como líderes políticas relevantes, sem levar em conta a dificuldade de inserção feminina na política e as possibilidades de entrada por meio de cargos políticos menos proeminentes. Para endereçar esta questão, o presente trabalho contribui com a literatura ao se debruçar sobre o papel das mulheres dentro das chapas eleitorais, de tal modo que a análise deixa de se concentrar no papel da mulher como prefeita, mas abarca também a sua atuação enquanto vice-prefeita, um cargo teoricamente

de menor relevância política mas também de menor barreira à entrada.

### 3 Metodologia

No atual estado-da-arte dos estudos sobre gênero e liderança política, uma parte relevante dos trabalhos tem se concentrado na comparação entre o desempenho de prefeitos e prefeitas. Ao colocar em pauta a figura dos vice-prefeitos, o foco tradicionalmente dado aos prefeitos é redirecionado. Isso possibilita entender de que maneira a composição de gênero das chapas pode influenciar determinada variável de interesse.

Esse desenho permite investigar a hipótese de que chapas compostas exclusivamente por homens, ocupando ambos os cargos de prefeito e vice, podem ter um desempenho diferente em comparação com chapas que incluem ao menos uma mulher. Além disso, a posição ocupada pela mulher na chapa, seja como principal figura de liderança (prefeita) ou em uma função secundária (vice-prefeita), surge como uma dimensão adicional a ser explorada.

Para facilitar a discussão, chapas compostas inteiramente por homens serão denominadas “HH” (homem-homem). De forma análoga, a sigla “MM” designará chapas exclusivamente femininas (mulher-mulher). No caso de uma chapa com um prefeito homem e uma vice mulher, a convenção “HM” será aplicada. Inversamente, “MH” será usado para chapas com uma prefeita mulher e um vice homem.

Uma comparação simples entre o desempenho de municípios liderados pelos diferentes tipos de chapas pode acarretar uma série de problemas, como viés de seleção amostral, por exemplo. Tendo em vista que municípios mais propensos a eleger mulheres também podem ter um perfil mais progressista, eventuais diferenças encontradas podem ser resultado dessas características da população, e não somente da composição de gênero da chapa.

Uma possível solução para problemas desta natureza, segundo Lee (2008), é identificar um “quase-experimento”, no qual as características da população sejam semelhantes e o único fator que diferencie os municípios é o gênero dos governantes. Assim, ao estabelecer um desenho no qual a composição de gênero da chapa é decidida de forma (quase) aleatória, é possível isolar o seu efeito causal nas políticas *ceteris paribus*.

Uma forma de se estimar este efeito é por meio da análise de eleições acirradas entre chapas de gêneros distintos. Suponha uma competição entre uma chapa composta apenas por homens contra uma chapa composta por um homem e uma mulher. Se uma delas vence a eleição por uma margem de vitória relativamente pequena, pode-se afirmar, sob algumas premissas, que a composição de gênero da chapa vencedora é mero fruto do acaso, dado que foram controlados também possíveis vieses das características dos municípios.

Neste exemplo, um Desenho de Regressão Descontínua (RDD), possibilita verificar como chapas com mulheres desempenham em certos indicadores quando comparadas com chapas compostas apenas por homens. Em linhas gerais, o modelo RDD é empregado na análise de efeitos causais quando a probabilidade de se receber um certo tratamento depende de uma variável de atribuição e de um determinado ponto de corte que separa os grupos de controle e tratamento. No contexto de eleições, estabelece-se que um município fará parte do grupo de tratados se ele for governado por uma chapa com ao menos uma mulher – dado que ela concorreu com uma chapa sem mulheres –, ou pertencerá ao grupo de controle se for governado por uma chapa composta apenas homens – dado que ela concorreu com uma chapa com ao menos uma mulher. A proporção de votos que cada chapa recebeu é usada como variável de atribuição, isto é, se em um certo município uma chapa com mulheres competiu com uma chapa sem mulheres e a diferença de votos for estritamente positiva em favor da primeira, então esse municípios recebe o tratamento, caso contrário, não.

A identificação do efeito causal tem como pressuposto que municípios nos quais uma chapa com mulheres venceu a eleição por uma margem pequena são similares àqueles em que esta chapa perdeu a eleição por uma margem também pequena. A forma funcional da estimação é:

$$Y_{it} = \alpha + \beta M_{it} + f(MV_{it}) + X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

na qual  $Y_{it}$  é um indicador do número de assassinatos de mulheres ocorridos no município  $i$  durante o mandato eleitoral  $t$ . A variável  $M_{it} \in \{0, 1\}$  indica se, no município  $i$ , uma



chapa com ao menos uma mulher venceu a eleição quando concorreu com uma chapa sem mulheres, e  $MV_{it} \in [-1, 1]$  é a *running variable*, que denota a margem de vitória que a primeira teve em relação à última. A função  $f(\cdot)$  é uma função polinomial calculada na margem de vitória<sup>2</sup>, ao passo que  $X_{it}$  abarca um conjunto de covariadas relacionadas às características dos municípios e efeitos fixos de estado. Por fim,  $\varepsilon_{it}$  é o termo de erro.

$$M_{it} = \begin{cases} 1 & \iff MV_{it} > 0 \\ 0 & \iff MV_{it} < 0 \end{cases}$$

Dado que as chapas com mulheres podem ser compostas de três formas diferentes – HM, MH e MM –, idealmente deveriam ser realizadas três estimações diferentes, sendo uma para cada tipo de chapa. Apesar disso, como será apresentado na seção seguinte, o número de disputas de chapas MM contra chapas HH é irrisório, impossibilitando quaisquer comparações diretas. Como uma forma de não perder totalmente estes casos, uma alternativa foi incluir uma terceira estimação (além de HH contra HM e HH contra MH) no qual o grupo de controle será o mesmo, mas o grupo de tratamento comportará municípios nos quais as chapas vencedoras foram HM, ou MH, ou MM. Neste sentido, a variável  $M_{it}$  representa a simples presença de ao menos uma mulher na chapa, podendo ser HM, MH ou HM/MH/MM. Em suma, a inclusão das disputas de chapas HH contra chapas HM/MH/MM visa identificar o efeito médio da presença de mulheres na chapa oposta, independentemente se na posição de prefeita, vice-prefeita ou ambas.

Uma especificidade do RDD reside no fato de que os seus resultados são sensíveis à escolha da banda. Sabendo que  $MV_{it}$  pode assumir quaisquer valores entre -1 e 1, é necessário cautela ao definir os grupos de controle e tratamento com base na margem de vitória. Embora possa-se considerar que municípios nos quais uma chapa com mulheres venceu as eleições por uma margem de 1% são suficientemente semelhantes àqueles em que uma chapa sem mulheres venceu pela mesma margem, o mesmo pode não valer para margens de 20% ou 30%, por exemplo. Para superar esta arbitrariedade ligada à escolha das bandas, foi utilizada a metodologia de [Calonico et al. \(2015\)](#), que calcula bandas ótimas com base nos dados fornecidos.

Garantir que não haja manipulação ao redor do *cutoff* é uma das maneiras de verificar que o RDD seja de fato uma estratégia apropriada de identificação, isto é, deve-se checar se a margem de vitória não está sendo manipulada em favor de uma chapa ou de outra. O teste de McCrary ([McCrary, 2008](#)) verifica se a densidade da variável de atribuição – no caso, margem de votos – é contínua ao redor do ponto de corte. A hipótese nula do teste é de continuidade da densidade, tal que rejeitá-la indica uma potencial manipulação ao redor do ponto de corte.

Outra forma de validar o RDD como estratégia de identificação é garantindo que haja continuidade das características observáveis dos municípios. Isso significa que os grupos de tratamento e de controle são suficientemente semelhantes em todos os aspectos, exceto pelo fato de um grupo receber o tratamento e o outro não. No contexto de disputas eleitorais entre chapas de diferentes composições de gênero, espera-se que os grupos de tratamento e controle sejam muito parecidos, exceto pelo fato de que em um deles, houve a vitória de uma chapa com mulheres, e em outro, não.

Nesta perspectiva, primeiro faz-se necessário definir o tamanho do *bandwidth* ideal, para em seguida comparar as características dos grupos de controle e de tratamento. Se eles tiverem características suficientemente semelhantes em variáveis observáveis – como tamanho da população, proporção de mulheres e proporção candidatas ao cargo de vereadoras, por exemplo –, os grupos também tendem a ser semelhantes nas variáveis não observáveis. Essa continuidade das características dos municípios permite inferir que qualquer mudança notada na variável de interesse é, de fato, um reflexo do tratamento.

Além das estimações para os mandatos eleitorais 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020, também são apresentados resultados de estimações que agregam os dados para todos estes períodos. Tendo em vista que os crimes de assassinatos de mulheres têm sua própria dinâmica de evolução ao longo do tempo, esta estimação controla também por efeitos fixos de tempo, referentes a cada um dos três mandatos eleitorais.

<sup>2</sup>A função  $f(\cdot)$  foi definida como um polinômio de ordem 1, tendo em vista que polinômios de ordens maiores não são recomendados nestas especificações ([Gelman and Imbens, 2019](#)).

## 4 Dados

### 4.1 Eleições municipais

O presente trabalho utiliza dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com foco nas eleições municipais realizadas nos anos de 2008, 2012 e 2016, que contemplam os mandatos eleitorais de 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020, respectivamente. Os municípios que passaram por eleições suplementares ficaram de fora da amostra, tendo em vista que este tipo de eleição pode ocorrer em qualquer período ao longo do mandato. As eleições decididas em um segundo turno também não foram incluídas, primeiro porque eleições de segundo turno só acontecem em municípios com mais de 200 mil habitantes – o que elevaria a média populacional da amostra –, mas também para evitar que o resultado encontrado não seja afetado pela dinâmica única que eleições de segundo turno têm.

A dominância masculina na distribuição de gênero dos candidatos a prefeito e vice-prefeito é nítida em todas as disputas. Nas três disputas eleitorais, os homens representaram mais de 86% dos candidatos a prefeito e mais de 82% dos candidatos a vice-prefeito. Por consequência, a grande maioria das chapas foi composta apenas por homens (por volta de 72%) ao passo que menos de 2% das chapas foram compostas apenas por mulheres.

Atentando para o fato de que a utilização do RDD no contexto de eleições requer que haja mais de uma chapa candidata na disputa, naturalmente também ficaram de fora da amostra os municípios com candidatura única. Nos casos com mais de duas chapas concorrentes, foram selecionadas aquelas que alcançaram o primeiro e segundo lugar no número de votos totais. Também é interessante ressaltar que em mais de 50% dos municípios as disputas se deram entre duas chapas nas quais tanto o candidato a prefeito quanto o candidato a vice-prefeito eram homens (HH).

As diferenças da participação feminina nas disputas políticas também são notáveis. Enquanto entre 2.641 e 2.952 municípios tiveram apenas homens nas duas chapas mais votadas, o número de municípios que tiveram apenas mulheres nos primeiros lugares da disputa eleitoral é de no máximo três.

Por volta de 20% dos municípios tiveram uma chapa mista no formato homem-mulher disputando contra chapas homem-homem, ao passo que entre 14,4% e 17,7% presenciariam disputas entre chapas homem-homem contra mulher-homem. É importante notar que essa amostra ainda não passou pela metodologia de [Calonico et al. \(2015\)](#) para a escolha de banda ótima, isto é, a quantidade de observações não necessariamente reflete o tamanho da amostra a ser utilizado nas estimações.

### 4.2 Violência

Os dados de mortes de mulheres ao nível municipal foram obtidos do DATASUS, por meio da plataforma TABNET. Violência contra mulheres é definida como assassinatos de mulheres, cuja causa da morte tenha sido classificada de acordo com os códigos CID-10 X85-Y09. O CID-10 é uma lista publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o objetivo de padronizar os códigos de doenças e outros problemas relacionados à saúde. As categorias X-85 a Y-09, por sua vez, referem-se a causas externas de morte causadas por outra pessoa com o emprego de violência física, armas de fogo e medicamentos, entre outros.

Tendo em vista que a faixa etária entre 15 e 49 anos é a mais suscetível a sofrer de atos de violência por parceiros ([Perova and Reynolds, 2017](#)), foram selecionados apenas os dados referentes a essa faixa. Este filtro leva a outra importante divisão na base de dados: o local onde a violência ocorreu, isto é, além da violência total contra mulheres, também é possível investigar se os casos ocorreram dentro ou fora de casa. Para fazer uma representação mais fidedigna do desempenho das chapas eleitas, os dados de assassinatos foram agregados para os quatro anos do mandato. Além disso, a comparação entre diferentes municípios é facilitada ao padronizar os dados em uma escala comum de 100 mil habitantes.

É válido notar que embora alguns municípios estejam ausentes nas bases de dados, acredita-se que essa ausência não seja sistemática, de modo que não cause viés nas estimatições. Em tempo, foi possível coletar na plataforma TABNET dados de assassinatos

Tabela 1: Teste de McCrary – p-valores

	HH vs. HM	HH vs. MH	HH vs. HM/MH/MM
Eleições 2008	0.58	0.61	0.86
Eleições 2012	0.98	0.43	0.48
Eleições 2016	0.99	0.82	0.85
Eleições 2008/2012/2016	0.73	0.60	0.63

Nota: O teste de McCrary é utilizado para verificar a descontinuidade na densidade da variável de atribuição ao redor da linha de corte, checando a possibilidade de manipulação. Comparações das disputas eleitorais de chapas HH contra os outros tipos de chapas (HM, MH e HM/MH/MM) foram realizadas para as eleições de 2008, 2012 e 2016, bem como a combinação das três. A não rejeição da hipótese nula indica que não há evidência de manipulação significativa na densidade da variável de atribuição. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

totais contra mulheres em pouco mais de 4.500 municípios, e por volta de 77% destes disponibilizaram dados de assassinatos ocorridos dentro de casa.

### 4.3 Covariadas e balanceamento

As variáveis de controle se originam do censo de 2010, cujas informações são coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta base, foram utilizados dados a nível municipal sobre população (*pop\_total*), proporção de mulheres na população (*prop\_mulheres*) e a proporção de pessoas morando em área urbana (*prop\_urbano*). Outras covariadas extraídas do TSE buscam levar em consideração a representatividade das mulheres na política dos municípios. Para mensurá-la, incluíram-se as variáveis proporção de candidatas mulheres aos cargos de vereadoras (*prop\_cand\_m*) e proporção de mulheres que de fato se elegeram para este mesmo cargo (*prop\_elei\_m*).

Um dos pressupostos que garante a confiabilidade do método de regressão descontínua é de que a variável de atribuição não seja passível de manipulação, isto é, que os municípios não consigam manipular a quantidade de votos em favor de uma ou outra candidatura. Para que isso seja verdade, portanto, é necessário que a densidade da variável de atribuição seja contínua ao redor do ponto de corte.

Uma metodologia comumente utilizada para essa verificação é o teste de McCrary, cuja hipótese nula é de continuidade da densidade ao redor do ponto de corte. Após a realização do teste em todos os pares *eleição-disputa* (com os p-valores dispostos na tabela 1), a não rejeição da hipótese nula indica a ausência de manipulação desta variável.

Outro pressuposto importante do RDD é que os grupos de tratados e controles sejam estatisticamente semelhantes, com exceção do fato de receberem o tratamento ou não, e espera-se que as características dos municípios não sofram mudanças abruptas ao redor do ponto de corte. O fato de os grupos terem características semelhantes nas variáveis observáveis ao redor do limiar fortalece a ideia de que as variáveis não observáveis também serão semelhantes entre os grupos, reduzindo a possibilidade de viés. A fim de checar essa similaridade entre os grupos, é possível realizar testes de balanceamento das covariadas, conforme dispostos nas tabelas 2, 3, e 4, referentes aos mandatos eleitorais de 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020, respectivamente.

As três tabelas seguem uma estrutura igual, sendo a única diferença entre elas o período analisado. Em cada uma delas, três painéis dividem as amostras com relação ao tipo de assassinato: total, dentro de casa ou fora de casa. Três grupos de colunas identificam o tipo de disputa de chapas: HH vs. HM, HH vs. MH e HH vs. HM/MH/MM, e nas linhas, à esquerda, estão listadas as variáveis de controle utilizadas na estimação, bem como a variável dependente e o número de observações. Dentro de cada disputa, os valores numéricos representam as médias para as respectivas amostras, e o p-valor indica o resultado do teste de diferença de médias. De forma geral, nota-se que os municípios são suficientemente semelhantes entre si, o que reforça que possíveis resultados encontrados sejam, de fato, efeitos do tratamento.

Tabela 2: Estatísticas descritivas da amostra de assassinatos durante o mandato de 2009 a 2012

	HH vs. HM			HH vs. MH			HH vs. HM/MH/MM		
	HH	HM	p-valor	HH	MH	p-valor	HH	HM/MH/MM	p-valor
<b>Painel 1: Amostras de assassinatos sem discriminação de local</b>									
pop_total	23848.87	31912.98	0.06	26216.68	26410.09	0.96	24504.55	30730.90	0.04
prop_mulheres	0.50	0.50	0.9	0.50	0.50	0.54	0.50	0.50	0.5
prop_urbano	0.65	0.67	0.18	0.65	0.64	0.51	0.65	0.66	0.23
prop_cand_m	0.22	0.22	0.65	0.22	0.22	0.87	0.22	0.22	0.81
prop_elei_m	0.13	0.13	0.56	0.13	0.13	0.74	0.13	0.13	0.71
v_05_08_100khab	5.76	5.42	0.63	5.44	6.50	0.18	5.64	5.73	0.86
v_09_12_100khab	6.57	7.13	0.47	6.93	8.02	0.28	6.95	7.40	0.43
n_obs	266.00	246.00		235.00	169.00		588.00	461.00	
<b>Painel 2: Amostras de assassinatos ocorridos dentro de casa</b>									
pop_total	25587.13	40329.31	0.01	31099.99	31848.30	0.9	27702.59	36886.35	0.02
prop_mulheres	0.50	0.50	0.56	0.50	0.50	0.96	0.50	0.50	0.52
prop_urbano	0.65	0.70	0.02	0.65	0.64	0.8	0.65	0.67	0.16
prop_cand_m	0.22	0.22	0.86	0.22	0.22	0.68	0.22	0.22	0.95
prop_elei_m	0.12	0.13	0.47	0.13	0.12	0.34	0.13	0.13	0.85
vd_05_08_100khab	2.60	2.12	0.34	2.06	2.52	0.46	2.54	2.45	0.84
vd_09_12_100khab	3.30	3.24	0.91	3.66	3.39	0.74	3.61	3.17	0.35
n_obs	210.00	177.00		141.00	111.00		365.00	292.00	
<b>Painel 3: Amostras de assassinatos ocorridos fora de casa</b>									
pop_total	26054.96	40920.04	0.01	30469.25	30614.69	0.98	27702.59	36886.35	0.02
prop_mulheres	0.50	0.50	0.47	0.50	0.50	0.72	0.50	0.50	0.52
prop_urbano	0.66	0.70	0.04	0.66	0.65	0.56	0.65	0.67	0.16
prop_cand_m	0.22	0.22	0.52	0.22	0.22	0.99	0.22	0.22	0.95
prop_elei_m	0.13	0.13	0.83	0.13	0.12	0.34	0.13	0.13	0.85
d_05_08_100khab	3.34	3.88	0.33	3.19	3.99	0.2	3.15	3.98	0.04
d_09_12_100khab	4.40	4.48	0.9	4.03	5.37	0.1	4.15	4.99	0.09
n_obs	200.00	170.00		171.00	130.00		365.00	292.00	

Nota: Elaboração própria a partir de dados do TSE e Datasus.

Tabela 3: Estatísticas descritivas da amostra de assassinatos durante o mandato de 2013 a 2016

	HH vs. HM			HH vs. MH			HH vs. HM/MH/MM		
	HH	HM	p-valor	HH	MH	p-valor	HH	HM/MH/MM	p-valor
<b>Painel 1: Amostras de assassinatos sem discriminação de local</b>									
pop_total	26496.99	25503.75	0.76	25844.98	23479.54	0.49	25537.05	24360.20	0.63
prop_mulheres	0.50	0.50	0.18	0.50	0.50	0.47	0.50	0.50	0.38
prop_urbano	0.66	0.67	0.6	0.63	0.64	0.72	0.65	0.66	0.28
prop_cand_m	0.32	0.32	0.18	0.32	0.32	0.58	0.32	0.32	0.31
prop_elei_m	0.13	0.14	0.06	0.15	0.16	0.39	0.14	0.15	0.01
v_09_12_100khab	7.02	7.52	0.49	6.70	7.42	0.44	6.82	7.28	0.45
v_13_16_100khab	8.00	7.83	0.82	8.48	6.31	0.01	8.15	7.46	0.23
n_obs	347.00	300.00		281.00	239.00		579.00	503.00	
<b>Painel 2: Amostras de assassinatos ocorridos dentro de casa</b>									
pop_total	31357.89	30892.75	0.92	27959.77	27805.89	0.97	29640.56	28798.75	0.79
prop_mulheres	0.50	0.50	0.84	0.50	0.50	0.67	0.50	0.50	0.85
prop_urbano	0.68	0.69	0.47	0.67	0.67	0.85	0.67	0.68	0.79
prop_cand_m	0.32	0.32	0.03	0.33	0.32	0.25	0.32	0.32	0.03
prop_elei_m	0.13	0.13	0.93	0.14	0.16	0.07	0.14	0.15	0.24
vd_09_12_100khab	3.51	3.38	0.84	3.36	3.76	0.61	3.40	3.40	1
vd_13_16_100khab	3.65	2.74	0.09	4.80	2.93	0.02	4.13	3.01	0.01
n_obs	227.00	198.00		166.00	154.00		411.00	364.00	
<b>Painel 3: Amostras de assassinatos ocorridos fora de casa</b>									
pop_total	31647.58	30422.53	0.77	28505.66	27958.58	0.91	29640.56	28798.75	0.79
prop_mulheres	0.50	0.50	0.72	0.50	0.50	0.79	0.50	0.50	0.85
prop_urbano	0.68	0.69	0.61	0.67	0.67	0.75	0.67	0.68	0.79
prop_cand_m	0.32	0.32	0.01	0.33	0.32	0.2	0.32	0.32	0.03
prop_elei_m	0.13	0.13	0.94	0.13	0.16	0.05	0.14	0.15	0.24
d_09_12_100khab	4.36	4.49	0.82	4.06	5.04	0.33	4.00	4.84	0.11
d_13_16_100khab	4.64	5.69	0.12	4.91	4.64	0.7	4.65	5.32	0.18
n_obs	251.00	212.00		160.00	153.00		411.00	364.00	

Nota: Elaboração própria a partir de dados do TSE e Datasus.

Tabela 4: Estatísticas descritivas da amostra de assassinatos durante o mandato de 2017 a 2020

	HH vs. HM			HH vs. MH			HH vs. HM/MH/MM		
	HH	HM	p-valor	HH	MH	p-valor	HH	HM/MH/MM	p-valor
<b>Painel 1: Amostras de assassinatos sem discriminação de local</b>									
pop_total	25957.88	28139.78	0.66	22952.57	21426.01	0.61	24184.21	25847.19	0.55
prop_mulheres	0.50	0.50	0.98	0.49	0.49	0.86	0.50	0.50	0.88
prop_urbano	0.65	0.67	0.41	0.61	0.63	0.39	0.63	0.65	0.11
prop_cand_m	0.33	0.33	0.99	0.33	0.33	0.01	0.33	0.33	0.03
prop_elei_m	0.13	0.13	0.67	0.16	0.14	0.08	0.14	0.14	0.59
v_13_16_100khab	6.55	8.27	0.05	6.80	8.18	0.15	6.81	8.29	0.02
v_17_20_100khab	7.67	7.16	0.58	8.16	9.26	0.33	7.89	8.15	0.71
n_obs	210.00	207.00		229.00	188.00		470.00	423.00	
<b>Painel 2: Amostras de assassinatos ocorridos dentro de casa</b>									
pop_total	31152.49	33393.59	0.71	26833.77	25312.84	0.66	27801.61	30188.83	0.45
prop_mulheres	0.50	0.50	0.83	0.50	0.50	0.71	0.50	0.50	0.42
prop_urbano	0.67	0.69	0.43	0.63	0.66	0.28	0.64	0.67	0.06
prop_cand_m	0.33	0.33	0.49	0.33	0.33	0.01	0.33	0.33	0.05
prop_elei_m	0.13	0.13	0.67	0.16	0.13	0.05	0.15	0.14	0.21
vd_13_16_100khab	3.25	4.11	0.24	3.19	3.62	0.58	3.48	4.03	0.3
vd_17_20_100khab	3.46	3.59	0.87	3.43	4.33	0.21	3.48	3.85	0.46
n_obs	171.00	170.00		193.00	161.00		421.00	373.00	
<b>Painel 3: Amostras de assassinatos ocorridos fora de casa</b>									
pop_total	30268.76	33521.20	0.56	26989.28	25750.59	0.75	27801.61	30188.83	0.45
prop_mulheres	0.50	0.50	0.55	0.50	0.50	0.97	0.50	0.50	0.42
prop_urbano	0.66	0.69	0.33	0.63	0.64	0.57	0.64	0.67	0.06
prop_cand_m	0.33	0.33	0.9	0.33	0.33	0.02	0.33	0.33	0.05
prop_elei_m	0.13	0.13	0.93	0.16	0.13	0.07	0.15	0.14	0.21
d_13_16_100khab	4.14	4.69	0.36	4.42	4.91	0.49	4.36	4.76	0.34
d_17_20_100khab	5.01	4.00	0.11	5.13	5.25	0.88	5.02	4.43	0.22
n_obs	195.00	183.00		170.00	138.00		421.00	373.00	

Nota: Elaboração própria a partir de dados do TSE e Datasus.

## 5 Resultados

Os resultados principais estão dispostos na tabela 5, contendo os resultados de assassinatos totais, assassinatos domésticos e assassinatos externos. Para cada tipo de assassinato, há a divisão em três grupos: HM, MH e HM/MH/MM. Os resultados devem ser interpretados como a variação no número de assassinatos médios ao longo do mandato (por 100 mil habitantes) em municípios tratados – aqueles em que chapas HM, MH ou HM/MH/MM venceram em eleições acirradas contra chapas HH – em relação aos municípios em que chapas HH venceram as eleições acirradas neste desenho. Todas as estimações controlam por efeitos fixos de estado.

A tabela conta ainda com quatro painéis, que variam de acordo com o período eleitoral analisado: 2009 a 2012 (candidatos eleitos na eleição de 2008), 2013 a 2016 (candidatos eleitos na eleição de 2012), 2017 a 2020 (candidatos eleitos na eleição de 2016) ou a agregação de todas elas. Cada painel apresenta também os resultados derivados de três procedimentos diferentes de estimação. A primeira linha exibe as estimativas calculadas pelo método convencional com erro padrão também convencional (“*Conventional*”). A segunda apresenta essas mesmas estimações após uma correção de viés (“*Bias-Corrected*”), ao passo que a terceira utiliza erro-padrão robusto para fornecer estimações corrigidas por viés (“*Robust*”). Neste cenário, os resultados mais confiáveis serão sempre observados nas linhas “*Robust*”. Os asteriscos ao lado das estimativas denotam significância estatística: um asterisco denota significância ao nível de 10%, dois asteriscos denotam significância ao nível de 5%, e três asteriscos denotam significância ao nível de 1%.

Os resultados de assassinatos totais (que não distinguem por local de ocorrência) nas três primeiras colunas mostram que, embora os sinais dos coeficientes sejam predominantemente negativos no painel 2 e positivos nos painéis 3 e 4, não é possível inferir que houve variação nas mortes de mulheres, tendo em vista a ausência de significância estatística. Por outro lado, as estimativas para o mandato eleitoral de 2009 a 2012, presentes no painel 1, indicam que quando comparada com chapas HH, a eleição de chapas MH induz a um aumento nos assassinatos de mulheres. Estes resultados são significantes aos níveis estatísticos de 1% ou 5%.

A estimativa na terceira linha da segunda coluna indica que a vitória de uma chapa MH



Tabela 5: Estimativas de feminicídios

	Feminicídios totais			Feminicídios domésticos			Feminicídios externos		
	HM	MH	HM/MH/MM	HM	MH	HM/MH/MM	HM	MH	HM/MH/MM
<i>Painel 1 - Feminicídios por 100 mil habitantes entre 2009 e 2012</i>									
Conventional	-0.09 (1.63)	5.50** (2.47)	1.98 (1.27)	0.55 (1.08)	1.89 (1.57)	0.80 (0.94)	-0.58 (1.28)	5.10** (2.10)	1.87* (1.08)
Bias-Corrected	0.01 (1.63)	5.77** (2.47)	2.25* (1.27)	0.74 (1.08)	2.14 (1.57)	0.95 (0.94)	-0.40 (1.28)	5.36** (2.10)	2.00* (1.08)
Robust	0.01 (1.93)	5.77** (2.94)	2.25 (1.48)	0.74 (1.24)	2.14 (1.83)	0.95 (1.08)	-0.40 (1.49)	5.36** (2.52)	2.00 (1.26)
N	475	319	884	381	229	577	351	290	673
<i>Painel 2 - Feminicídios por 100 mil habitantes entre 2013 e 2016</i>									
Conventional	-0.23 (1.53)	-0.35 (1.81)	-0.64 (1.18)	-0.72 (0.98)	-3.34* (1.74)	-1.63* (0.96)	2.14* (1.23)	2.83*** (1.03)	2.32*** (0.86)
Bias-Corrected	-0.22 (1.53)	-0.50 (1.81)	-0.82 (1.18)	-0.56 (0.98)	-3.72** (1.74)	-1.70* (0.96)	2.16* (1.23)	3.01*** (1.03)	2.43*** (0.86)
Robust	-0.22 (1.76)	-0.50 (2.11)	-0.82 (1.36)	-0.56 (1.15)	-3.72* (2.01)	-1.70 (1.10)	2.16 (1.41)	3.01** (1.18)	2.43** (0.99)
N	524	378	969	425	321	719	448	250	753
<i>Painel 3 - Feminicídios por 100 mil habitantes entre 2017 e 2020</i>									
Conventional	1.61 (2.11)	0.70 (1.82)	2.11 (1.48)	3.03 (1.99)	0.37 (1.17)	1.70 (1.25)	-0.04 (1.30)	1.08 (1.26)	0.59 (0.91)
Bias-Corrected	2.12 (2.11)	0.91 (1.82)	2.39 (1.48)	3.41* (1.99)	0.16 (1.17)	1.88 (1.25)	0.15 (1.30)	1.20 (1.26)	0.83 (0.91)
Robust	2.12 (2.49)	0.91 (2.12)	2.39 (1.70)	3.41 (2.34)	0.16 (1.35)	1.88 (1.46)	0.15 (1.52)	1.20 (1.47)	0.83 (1.06)
N	469	428	894	393	390	718	394	320	749
<i>Painel 4 - Feminicídios por 100 mil habitantes entre 2009 e 2020</i>									
Conventional	-0.35 (0.96)	1.05 (1.15)	0.45 (0.72)	0.56 (0.87)	-0.79 (0.87)	0.17 (0.60)	0.42 (0.72)	2.64*** (0.82)	1.44*** (0.54)
Bias-Corrected	-0.35 (0.96)	1.21 (1.15)	0.66 (0.72)	0.58 (0.87)	-0.66 (0.87)	0.24 (0.60)	0.51 (0.72)	2.75*** (0.82)	1.58*** (0.54)
Robust	-0.35 (1.14)	1.21 (1.35)	0.66 (0.84)	0.58 (1.02)	-0.66 (1.03)	0.24 (0.70)	0.51 (0.83)	2.75*** (0.96)	1.58** (0.62)
N	1682	1280	3276	1084	1021	2295	1272	926	2324
Dummy de mandato	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

\* p &lt; 0.1, \*\* p &lt; 0.05, \*\*\* p &lt; 0.01

Nota: as variáveis dependentes, por 100 mil habitantes, são (i) feminicídios totais, (ii) feminicídios domésticos e (iii) feminicídios externos. O grupo de tratamento é composto por municípios nos quais chapas do tipo HM, MH ou HM/MH/MM venceram em eleições acirradas contra chapas do tipo HH. Municípios em que chapas HH venceram disputas acirradas contra chapas HM, MH ou HM/MH/MM formam o grupo de controle. Assassinato é classificado de acordo com os códigos CID-10 X85-Y09, que se referem a causas externas de morte causadas por outra pessoa através de violência física, armas de fogo, medicamentos, entre outros. Fonte: Datasus e TSE.

(que venceu uma disputa acirrada contra uma chapa HH) está associada a um aumento de 5.77 assassinatos por 100 mil habitantes, em média, ao longo do mandato de 2009 a 2012. Tendo em vista que estes municípios tiveram entre 5.44 e 6.50 assassinatos por 100 mil habitantes entre 2005 e 2008, então a estimativa de 5.77 representa um aumento entre 88% e 100% no número de mortes. Em outras palavras, municípios semelhantes que optaram por eleger chapas MH ao invés de HH experienciaram um aumento expressivo na violência contra mulheres ao longo do mandato.

Ainda olhando para os assassinatos totais ao longo do mandato eleitoral de 2009 a 2012, a terceira coluna (HM/MH/MM) também traz resultados que merece menção. Embora haja um resultado positivo e estatisticamente significativo de 2.25 no estimador *bias-corrected* (representando um aumento de cerca de 43% nos assassinatos de mulheres), quando se utiliza o estimador *robust*, a significância estatística deixa de existir.

As colunas 4, 5 e 6 apresentam as estimativas apenas para os assassinatos que ocorreram dentro de casa. Diferentemente dos assassinatos totais, o mandato eleitoral de 2009 a 2012 (painel 1) não apresenta resultados estatisticamente significantes.

Também de forma contrária aos resultados de assassinatos totais, as estimativas do painel 2 (referente ao período de 2013 a 2016) indicam que a eleição de chapas MH (com relação a chapas HH) induz a uma diminuição no número de assassinatos domésticos,

com uma estimativa *robust* de -3.72. Este valor mostra que, em média, municípios que elegeram chapas MH nas eleições de 2012 tiveram uma queda entre 98% e 110% no número de mortes, quando comparados com municípios que elegeram chapas HH.

A eleição de chapas HM/MH/MM também apresenta estimativas estatisticamente significantes para o mandato de 2013 a 2016. Contudo, tais resultados só são visualizáveis em estimações menos confiáveis, em estimadores não robustos. Embora o sinal negativo indique uma redução das mortes de mulheres, a estimativa para o estimador robusto perde qualquer significância estatística.

Para entender os assassinatos totais em sua completude, além de desagregar pelos assassinatos ocorridas dentro de casa, também são analisadas as mortes ocorridas fora de casa, conforme as três últimas colunas da tabela 5. Especificamente no mandato eleitoral de 2009 a 2012 (painel 1), algumas estimativas voltam a ser estatisticamente significantes e com coeficientes positivos. Dado que esse padrão foi observado nas estimativas de assassinatos totais e não nas de assassinatos dentro de casa, isso sugere que todo efeito de violência total advém das mortes de mulheres ocorridas fora dos domicílios, no caso dos municípios que elegeram chapas MH nas disputas com chapas HH.

A junção das três variáveis (assassinatos totais, domésticos e externos) para analisar o período de 2013 a 2016 traz algumas perspectivas interessantes. Nota-se que, primeiro, os resultados de assassinatos totais não sugere nenhum efeito estatisticamente significativo que relacione a composição de gênero da chapa eleita e a violência total contra mulheres. Em contrapartida, as estimativas de assassinatos domésticos e externos apresentam efeitos estatisticamente significantes, mas em direções distintas. Se por um lado a eleição de uma chapa MH está associada a uma redução dos assassinatos de mulheres dentro dos domicílios, por outro, a eleição desta mesma chapa é acompanhada de um aumento dos assassinatos fora dos domicílios.

Embora possam ser observados sinais positivos para todos os tipos de assassinatos entre o período de 2017 a 2020, não foi possível identificar significância estatística nestas estimativas. O painel 4 analisa a variação nas mortes entre todo o período de 2009 a 2020, representando a agregação dos mandatos de 2009 a 2012, 2013 a 2016 e 2017 a 2020. Neste cenário, foi possível identificar que, de modo geral, a eleição de chapas MH ou HM/MH/MM contribui para o aumento dos assassinatos de mulheres fora de casa, em comparação com a eleição de chapas HH.

Um primeiro resultado geral interessante reside na ambiguidade encontrada ao se comparar chapas MH e HM/MH/MM contra chapas HH. Nestes casos, notou-se que a composição de gênero das chapas eleitas tem uma relação ambígua com os indicadores de assassinatos de mulheres, que variam conforme o período analisado, podendo indicar tanto um aumento quanto uma diminuição das mortes. Para sanar esta imprecisão, ao invés de se observar mandatos específicos, são analisadas as estimativas do painel 4, que agregam todos os períodos.

Nestes casos, não foram observados efeitos estatisticamente significantes em relação aos assassinatos totais e domésticos. Por outro lado, o painel 4 indica que, para todos os estimadores, há um aumento estatisticamente significativo (aos níveis de 1% ou 5%) dos assassinatos fora do contexto doméstico. Nas estimativas geradas pelo estimador *robust*, o valor encontrado para as disputas de chapas MH e HH representa quase que o dobro dos valores das disputas HM/MH/MM e HH, o que pode ser explicado pelo fato de que os resultados das disputas MH vs. HH são positivos, mas nas disputas HM vs. HH, nulos.

Outro resultado importante diz respeito ao papel das mulheres como vices. É interessante notar que em nenhum dos três mandatos – ou na agregação deles – foi observado um efeito estatisticamente significativo ao comparar chapas HM e HH. Isso sugere que, embora o gênero tenha um papel importante em relação aos prefeitos – como demonstrado pela literatura –, quando observados os cargos de vice-prefeitos, eventuais diferenças de gênero parecem não ser relevantes para influenciar os indicadores de violência aqui abordados.

## 6 Considerações finais

O presente trabalho contribui com as literaturas sobre representatividade política, gênero e violência ao explorar um problema já debatido pela literatura, mas trazendo uma dimensão adicional: o papel das mulheres em posições de liderança menos proeminentes. O

objetivo foi colocar em pauta a figura das mulheres enquanto vice-prefeitas, avaliando a atuação feminina dentro das chapas eleitorais e o seu papel no combate à violência contra as mulheres.

Os resultados sugerem que a influência feminina varia conforme a posição ocupada nas chapas. Em comparação aos municípios cujas chapas eleitas são formadas apenas por homens, aqueles que elegeram uma mulher para o cargo de prefeita e um homem para vice-prefeito podem ter desempenhos distintos no combate à violência contra as mulheres ao longo do mandato. Por outro lado, a presença de mulheres como vice-prefeitas em chapas mistas mostrou um efeito limitado, sem diferenças significativas nos índices de violência contra mulheres, em comparação com municípios que elegeram chapas apenas masculinas.

Mais do que qualquer explicação relacionada a gênero, um mecanismo capaz de fundamentar estes achados é a própria característica do cargo de vice-prefeito. Embora existam evidências de que o gênero dos governantes influencie o desempenho ao longo do mandato em diversas áreas, os resultados encontrados neste estudo não apontam para a mesma relevância no caso dos vices. Independentemente das preferências que o vice-prefeito tenha em relação à condução política, é possível que o seu papel seja mais relevante no contexto da disputa eleitoral do que ao longo do mandato em si.

Ao comparar o desempenho de chapas puramente masculinas com aquelas compostas por uma prefeita mulher e um vice homem, os resultados reforçam a hipótese de que os cargos de vice-prefeitos têm pouca influência sobre as variáveis analisadas. Neste cenário, como ambas as chapas são compostas por vices do sexo masculino, a principal diferença relevante reside no gênero do prefeito. Os resultados variam consideravelmente conforme o mandato eleitoral e tipo de violência analisado, relacionando a presença feminina na liderança das chapas ora com uma redução da violência, ora com um aumento da violência. À luz da teoria, as interpretações deste fenômeno são diversas.

O paradigma *citizen-candidate* e a teoria de efeito *role-model* dão suporte aos achados que indicam redução na violência. Neste cenário, a presença de uma liderança feminina pode induzir uma redução nos indicadores de violência por dois canais. Primeiro, é possível que mulheres eleitas se empenhem mais em implementar medidas que combatam a violência de gênero, conforme sugerido pelo modelo *citizen-candidate*. Complementarmente, é possível que a presença feminina em um cargo relevante seja importante para servir de exemplo para outras mulheres, incentivando um aumento das denúncias de violência, que por sua vez pode auxiliar no combate a tal crime. Estes resultados também dialogam com a literatura empírica sobre o tema, que provê evidências de queda nos assassinatos de mulheres ao se eleger uma mulher para o cargo de prefeita.

Em outro caso, contudo, outro grupo de resultados relaciona a presença feminina na liderança de chapas com um aumento dos indicadores de violência, em linha com a teoria de efeito retaliação. Ao encabeçar uma chapa, embora as prefeitas tenham de fato mais poder de atuação para combater a violência de gênero, também acabam sendo mais expostas à mídia, opositores e a sentimentos misóginos de forma geral. Neste sentido, como a ascensão de mulheres a cargos políticos de influência é algo que desafia o *status-quo*, possíveis sentimentos de retaliação são mais facilmente identificados para com as prefeitas do que para com as vice-prefeitas, explicando o efeito de aumento da violência nestes casos.

Em linhas gerais, este trabalho faz contribuições relevantes para a literatura de gênero e representatividade política. Em primeiro lugar, endereçou-se uma questão sobre a qual ainda há uma literatura incipiente: a relevância dos vice-prefeitos como formuladores de políticas. Neste caso, observa-se que sua atuação é limitada, demonstrando uma aparente falta de autonomia destes agentes, pelo menos no que tange à violência contra mulheres nos municípios brasileiros. A segunda, por sua vez, abarca a questão da representatividade feminina. Tendo em vista que as mulheres como vice-prefeitas parecem não ter força de atuação suficiente para diminuir os casos de violência, entende-se que impulsionar a inserção de mulheres na política por meio dos cargos de vice-prefeitas parece ter pouco efeito em questão de equidade e justiça social. Por fim, este trabalho encontra novos resultados relação à violência de gênero, sendo uma evidência empírica relevante a dar suporte à hipótese de *backlash* ao nível municipal.

## Referências

- Alesina, A. (1988). Credibility and policy convergence in a two-party system with rational voters. *The American Economic Review*, 78(4):796–805.
- Arvate, P., Firpo, S., and Pieri, R. (2021). Can women’s performance in elections determine the engagement of adolescent girls in politics? *European Journal of Political Economy*, 70:102045.
- Atkeson, L. R. (2003). Not all cues are created equal: The conditional impact of female candidates on political engagement. *The Journal of Politics*, 65(4):1040–1061.
- Bagues, M. and Campa, P. (2021). Can gender quotas in candidate lists empower women? evidence from a regression discontinuity design. *Journal of Public Economics*, 194:104315.
- Baltrunaite, A., Bello, P., Casarico, A., and Profeta, P. (2014). Gender quotas and the quality of politicians. *Journal of Public Economics*, 118:62–74.
- Barbosa, M. C. (2015). The impact of mayor leadership on education: evidence from brazil. Master’s thesis, FGV EBAPE.
- Baskaran, T., Bhalotra, S., and Uppal, Y. (2021). Women legislators and economic performance. *CEPR Discussion Paper No. DP16605*.
- Baskaran, T. and Hessami, Z. (2018). Does the election of a female leader clear the way for more women in politics? *American Economic Journal: Economic Policy*, 10(3):95–121.
- Baskaran, T. and Hessami, Z. (2019). Competitively elected women as policy makers. Technical report, CESifo Working Paper.
- Beaman, L., Duflo, E., Pande, R., and Topalova, P. (2012). Female leadership raises aspirations and educational attainment for girls: A policy experiment in india. *science*, 335(6068):582–586.
- Besley, T. (2005). Political selection. *Journal of Economic perspectives*, 19(3):43–60.
- Besley, T. and Case, A. (2003). Political institutions and policy choices: evidence from the united states. *Journal of Economic Literature*, 41(1):7–73.
- Besley, T. and Coate, S. (1997). An economic model of representative democracy. *The quarterly journal of economics*, 112(1):85–114.
- Bhalotra, S. and Clots-Figueras, I. (2014). Health and the political agency of women. *American Economic Journal: Economic Policy*, 6(2):164–197.
- Bochenkova, A., Buonanno, P., and Galletta, S. (2023). Fighting violence against women: The role of female political representation. *Journal of Development Economics*, 164:103140.
- Branisa, B. and Ziegler, M. (2010). Reexamining the link between gender and corruption: The role of social institutions. Technical report, Discussion Papers.
- Brollo, F. and Troiano, U. (2016). What happens when a woman wins an election? evidence from close races in brazil. *Journal of Development Economics*, 122:28–45.
- Broockman, D. E. (2014). Do female politicians empower women to vote or run for office? a regression discontinuity approach. *Electoral Studies*, 34:190–204.
- Bruce, R., Cavgias, A., Meloni, L., and Remígio, M. (2022). Under pressure: Women’s leadership during the covid-19 crisis. *Journal of development economics*, 154:102761.
- Calonico, S., Cattaneo, M. D., and Titiunik, R. (2015). Rdrobust: an r package for robust nonparametric inference in regression-discontinuity designs. *R J.*, 7(1):38.
- Campbell, D. E. and Wolbrecht, C. (2006). See jane run: Women politicians as role models for adolescents. *The Journal of Politics*, 68(2):233–247.
- Carozzi, F. and Gago, A. (2023). Who promotes gender-sensitive policies? *Journal of Economic Behavior & Organization*, 206:371–405.
- Casarico, A., Lattanzio, S., and Profeta, P. (2022). Women and local public finance. *European Journal of Political Economy*, 72:102096.
- Cerqueira, D. R. d. C. C., Ferreira, H. R. S. C., Alves, P. P., Lima, R. S. d., Marques, D., Silva, F. A. B. d., Lunelli, I. C., Rodrigues, R. I., Lins, G. d. O. A., Armstrong, K. C., et al. (2021). Atlas da violência 2021. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*.
- Chattopadhyay, R. and Duflo, E. (2004). Women as policy makers: Evidence from a

- randomized policy experiment in india. *Econometrica*, 72(5):1409–1443.
- Clots-Figueras, I. (2011). Women in politics: Evidence from the indian states. *Journal of public Economics*, 95(7-8):664–690.
- Clots-Figueras, I. (2012). Are female leaders good for education? evidence from india. *American economic journal: applied economics*, 4(1):212–244.
- Daniele, G., Dipoppa, G., and Pulejo, M. (2023). Attacking women or their policies? understanding violence against women in politics. *Understanding Violence against Women in Politics (September 29, 2023)*. BAFFI CAREFIN Centre Research Paper, 207.
- Decarolis, F., Fisman, R., Pinotti, P., Vannutelli, S., and Wang, Y. (2021). Gender and bureaucratic corruption: evidence from two countries. Technical report, National Bureau of Economic Research.
- Delaporte, M. and Pino, F. (2022). Female political representation and violence against women: Evidence from brazil. *IZA Discussion Paper*.
- Devine, C. J. and Kopko, K. C. (2020). *Do Running Mates Matter?: The Influence of Vice Presidential Candidates in Presidential Elections*. University Press of Kansas.
- Dollar, D., Fisman, R., and Gatti, R. (2001). Are women really the “fairer” sex? corruption and women in government. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 46(4):423–429.
- Downs, A. (1957). An economic theory of democracy. *Harper and Row*, 28.
- Esarey, J. and Chirillo, G. (2013). “fairer sex” or purity myth? corruption, gender, and institutional context. *Politics & Gender*, 9(4):361–389.
- Esarey, J. and Schwindt-Bayer, L. A. (2019). Estimating causal relationships between women’s representation in government and corruption. *Comparative Political Studies*, 52(11):1713–1741.
- Ferreira, F. and Gyourko, J. (2014). Does gender matter for political leadership? the case of us mayors. *Journal of Public Economics*, 112:24–39.
- Flood, M., Dragiewicz, M., and Pease, B. (2021). Resistance and backlash to gender equality. *Australian Journal of Social Issues*, 56(3):393–408.
- Fox, R. L. and Oxley, Z. M. (2005). Does running with a woman help? evidence from us gubernatorial elections. *Politics & Gender*, 1(4):525–546.
- Funk, K. D. and Philips, A. Q. (2019). Representative budgeting: Women mayors and the composition of spending in local governments. *Political Research Quarterly*, 72(1):19–33.
- Gagliarducci, S. and Paserman, M. D. (2012). Gender interactions within hierarchies: evidence from the political arena. *The Review of Economic Studies*, 79(3):1021–1052.
- Gelman, A. and Imbens, G. (2019). Why high-order polynomials should not be used in regression discontinuity designs. *Journal of Business & Economic Statistics*, 37(3):447–456.
- Goldin, C. (1994). Understanding the gender gap: An economic history of american women. *Equal employment opportunity: labor market discrimination and public policy*, pages 17–26.
- González, L. and Rodríguez-Planas, N. (2020). Gender norms and intimate partner violence. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 178:223–248.
- Heise, L. L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence against women*, 4(3):262–290.
- Hessami, Z. and da Fonseca, M. L. (2020). Female political representation and substantive effects on policies: A literature review. *European Journal of Political Economy*, 63:101896.
- Hotelling, H. (1929). Stability in competition. *The economic journal*, 39(153):41–57.
- Iyer, L., Mani, A., Mishra, P., and Topalova, P. (2012). The power of political voice: women’s political representation and crime in india. *American Economic Journal: Applied Economics*, 4(4):165–193.
- Jensen, R. and Oster, E. (2009). The power of tv: Cable television and women’s status in india. *The Quarterly Journal of Economics*, 124(3):1057–1094.
- Kuliomina, J. (2021). Do personal characteristics of councilors affect municipal budget allocation? *European Journal of Political Economy*, 70:102034.



- Layton, M. L., Smith, A. E., Moseley, M. W., and Cohen, M. J. (2021). Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil’s 2018 presidential election. *Research & Politics*, 8(1):2053168021990204.
- Lee, D. S. (2008). Randomized experiments from non-random selection in us house elections. *Journal of Econometrics*, 142(2):675–697.
- Lee, D. S., Moretti, E., and Butler, M. J. (2004). Do voters affect or elect policies? evidence from the us house. *The Quarterly Journal of Economics*, 119(3):807–859.
- Lippmann, Q. (2022). Gender and lawmaking in times of quotas. *Journal of Public Economics*, 207:104610.
- Little, T. H., Dunn, D., and Deen, R. E. (2001). A view from the top: Gender differences in legislative priorities among state legislative leaders. *Women & Politics*, 22(4):29–50.
- McCrary, J. (2008). Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. *Journal of econometrics*, 142(2):698–714.
- Miller, G. (2008). Women’s suffrage, political responsiveness, and child survival in american history. *The Quarterly Journal of Economics*, 123(3):1287–1327.
- Osborne, M. J. and Slivinski, A. (1996). A model of political competition with citizen-candidates. *The Quarterly Journal of Economics*, 111(1):65–96.
- Perova, E. and Reynolds, S. A. (2017). Women’s police stations and intimate partner violence: Evidence from brazil. *Social Science & Medicine*, 174:188–196.
- Rehavi, M. (2007). Sex and politics: Do female legislators affect state spending? *Unpublished manuscript, University of California, Berkeley*.
- Schwindt-Bayer, L. A. (2006). Still supermadres? gender and the policy priorities of latin american legislators. *American Journal of Political Science*, 50(3):570–585.
- Speckhard, A., Ellenberg, M., Morton, J., and Ash, A. (2021). Involuntary celibates’ experiences of and grievance over sexual exclusion and the potential threat of violence among those active in an online incel forum. *Journal of Strategic Security*, 14(2):89–121.
- Svaleryd, H. (2009). Women’s representation and public spending. *European Journal of Political Economy*, 25(2):186–198.
- Swamy, A., Knack, S., Lee, Y., and Azfar, O. (2001). Gender and corruption. *Journal of development economics*, 64(1):25–55.
- Weaving, M., Alshaabi, T., Arnold, M. V., Blake, K., Danforth, C. M., Dodds, P. S., Haslam, N., and Fine, C. (2023). Twitter misogyny associated with hillary clinton increased throughout the 2016 us election campaign. *Scientific Reports*, 13(1):5266.
- Wolbrecht, C. and Campbell, D. E. (2007). Leading by example: Female members of parliament as political role models. *American Journal of Political Science*, 51(4):921–939.
- World Health Organization (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018: Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Executive summary*. World Health Organization.